



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO



RELATÓRIO CONTÁBIL

2º Trimestre 2021

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcos Montes Cordeiro

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

José Manoel Gomes

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA

Divisão de Acompanhamento Contábil

José Calazans dos Santos

Débora Teles Moreira de Matos

Jaqueline Pereira de Faria Silva

Norma de Deus e Costa

Serviço de Análise da Administração Direta e Indireta

Alexandra Holanda Jaber

Divino Lúcio de Almeida

José Maria Magalhães Dias

Renata de Oliveira Pinheiro

Divisão de Tomada de Contas

Alan Rodrigues Pinheiro

Maria de Fátima Álvares Duarte

Paulo Alves de Santana Neto

Samya Carolina Soares Costa

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Sumário

1) Lista de Siglas	4
2) Apresentação	7
3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA	9
3.1) Sistemas da Área Fim	9
3.2) Sistemas da Área Meio	10
4) Demonstrações Contábeis	11
4.1) BALANÇO PATRIMONIAL.....	11
4.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	13
4.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	15
4.4) BALANÇO FINANCEIRO.....	17
4.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
4.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	19
5) Notas Explicativas	20
5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis	20
5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	20
5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis.....	25
5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa.....	25
6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis.....	26
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	36
Nota nº 002 - Obrigações Contratuais.....	37
Nota nº 003 - Provisões.....	39
Nota nº 004 - Imobilizado	41
Nota nº 005 - Intangível.....	48
Nota nº 006 - Investimentos	52
6.2) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	56
6.3) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	60
7) Referências	62
7.1) Bibliográficas.....	62
7.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA.....	62

1) Lista de Siglas

ADP	Agente de Desenvolvimento de Pessoas
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGRONET	Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
AGROSTAT	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
AGU	Advocacia Geral da União
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BGP	Boletim de Gestão de Pessoas
BGU	Balanco Geral da União
BINAGRI/MAPA	Biblioteca Nacional de Agricultura
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BO	Balanco Orçamentário
BP	Balanco Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT-DA	Coordenação de Contabilidade/MAPA
CCONT/STN	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COGEP/MAPA	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGAQ/MAPA	Coordenação-Geral de Aquisições
CGOEF/MAPA	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF/MAPA	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGLI/MAPA	Coordenação-Geral de Logística Institucional
CGRL/MAPA	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CGTI/MAPA	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGU	Controladoria-Geral da União
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONFCON	Sistema de Conformidade Contábil
COFIN/STN	Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN
COSIS/STN	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN
CRC/DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal
CTU	Conta Única do Tesouro Nacional
DA/MAPA	Departamento de Administração
DAF/Embrapa	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
DARF	Documento de Arrecadação Federal
DGG/MAPA	Departamento de Governança e Gestão
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/AM	Distrito de Meteorologia de Manaus/AM
DISME/BA	Distrito de Meteorologia de Salvador/BA
DISME/GO	Distrito de Meteorologia de Goiânia/GO
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém/PA
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DISME/RJ	Distrito de Meteorologia do Rio de Janeiro/RJ
DISME/RS	Distrito de Meteorologia de Porto Alegre/RS
DISME/SP	Distrito de Meteorologia de São Paulo/SP
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAGRO/MAPA	Escola Nacional de Gestão Agropecuária
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização

FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FTRA	Fundo de Terras e da Reforma Agrária
GF	Gestor Financeiro
GRU	Guia de Recolhimento da União
GPS	Guia da Previdência Social
IN	Imprensa Nacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás
LANAGRO/MG	Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS	Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFDA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
LFDA/GO	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Goiás
LFDA/MG	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Minas Gerais
LFDA/PA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pará
LFDA/PE	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pernambuco
LFDA/SP	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – São Paulo
LFDA/RS	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Rio Grande do Sul
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ME	Ministério da Economia
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OD	Ordenador de Despesas
OGU	Orçamento Geral da União
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PF	Programação Financeira
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
RENASEM	Registro Nacional de Sementes e Mudanças
RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAF/MAPA	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCRI/MAPA	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SDA/MAPA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SE/MAPA	Secretaria Executiva
SEAD/PR	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF/MAPA	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
SEAP/PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX/TCU	Secretaria de Controle Externo
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre
SFA/AL	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas
SFA/AP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SFA/CE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará

SFA/DF	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
SFA/ES	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
SFA/MA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
SFA/MS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul
SFA/MT	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso
SFA/PA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
SFA/PR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia
SFA/RR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul
SFA/SC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
SFA/SP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins
SFB/MAPA	Serviço Florestal Brasileiro
SGI	Sistema de Gestão Integrada
SIAD	Sistema de Autorização de Deslocamento
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICAR	Sistema de Controle de Arrecadação
SIGMA	Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
SISLEGIS	Sistema de Consulta a Legislação
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
SUCON/STN	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TDA	Título da Dívida Agrária
TG	Tesouro Gerencial
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UGR	Unidade Gestora Responsável
VIGIAGRO	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
VTN	Valor da Terra Nua

2) Apresentação

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 10.253, de fevereiro de 2020, que altera a sua estrutura:

- a) - Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização, o seguro rural, o abastecimento, a armazenagem e a garantia de preços mínimos;
- b) - Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, as florestas plantadas, a heveicultura, a aquicultura e a pesca;
- c) - Política nacional pesqueira e aquícola, abrangida a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca;
- d) - Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- e) - Informação agropecuária;
- f) - Defesa agropecuária e segurança do alimento, abrangidos:
 - g) - Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura, pesca e agroindústria;
 - h) - Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
 - i) - Assistência técnica e extensão rural;
 - j) - Irrigação e infraestrutura hídrica para produção agropecuária, observadas as competências do Ministério do Desenvolvimento Regional;
 - k) - Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
 - l) - desenvolvimento rural sustentável;
 - m) - Políticas e fomento da agricultura familiar;
 - n) - Reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, da Amazônia Legal e das terras quilombolas;
 - o) - Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola, pecuário, aos sistemas agroflorestais e à aquicultura;
 - p) - Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
 - q) - Cooperativismo e associativismo na agricultura, na pecuária, na aquicultura e na pesca;
 - r) - Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural;
 - s) - Operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
 - t) - Negociações internacionais relativas aos temas de interesse da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca; e
 - u) - Gerir o Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Cabe ainda ao Ministério, exercer, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, a função de órgão gestor previsto no art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, em âmbito federal.

Estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

O ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de uma Secretaria Especial, seis Secretarias, um Serviço, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas empresas vinculadas, uma autarquia vinculada e três entidades de economia mista, que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI; e
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- f) Conselho Nacional de Política Agrícola;
- g) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- h) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar;
- i) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; e
- j) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;

As entidades Vinculadas – Autarquia do Ministério:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

As entidades Vinculadas – Empresa Pública são:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

As entidades Vinculadas – Sociedade de Economia Mista são:

- a) Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A;
- b) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>.

3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA

3.1) Sistemas da Área Fim

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO – SDI/MAPA

SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas

SIGABC - Sistema de Governança do Plano ABC

SELO ARTE - SGSA - Sistema de Gestão do Selo Arte

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA – SAP/MAPA

SISRGP - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SISTAINHA - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SSADP - Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro

RGP - Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador Artesanal

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E

COOPERATIVISMO - SAF/MAPA

SNPC - Sistema de Informações Documentais

SNPC - Cultivar Web

SIGORG - Modulo Público- Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SIGORG - Modulo Administrador - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SIGPI - Sistema de Gestão da Produção Integrada

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPA/MAPA

FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural

SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso

SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático

SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira

SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

SECRETARIA DE COMÉRCIO E INTERNACIONAIS -

SRI/MAPA

ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS

SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais

AGROEVENTOS - Sistema de Eventos

AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA

DCPOA - Declaração de Conformidade de Produtos de Origem Animal

SISMAN - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos

AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários

CEFITI - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual

PGA - Plataforma de Gestão Agropecuária

RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças

RECADASTRAMENTO - Sistema de Controle de Professores e Classificadores

SIARP - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas

SAC - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios

SAPE - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64

SIPE2000 - Sistema de Cadastro e Estabelecimento e Registros de Produtos na Área Animal

SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários

PGA-SIGSIF - Plataforma de Gestão Agropecuária - SIGSIF

SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Web

SISCOLE - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratórios Estrangeiros

SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos

e-SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias

SQFI - Sistema de Quarentena Fitossanitária

SISRES - Sistema de Controle de Resíduos

SISREC - Sistema de Informação de Requisitos e Certificados da Área Animal

SIGBIO - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança

SIGPBc - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambola

SIGPOA - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal

SIGEF - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças

SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos

SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários

SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF

SISLAB - Sistema de Padrões Laboratoriais

AGROALERTAS - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário

SIVIBE - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas

e-SISBI-SGBI – Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção

e-SISBI-SGE – Sistema de Gestão de Estabelecimento

SIGEP - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos

SGD-CGAL - Sistemas de Gestão de Demandas

3.2) Sistemas da Área Meio

GABINETE DA MINISTRA - GM

SIGME - Sistema de Gestão de Memória Executiva

SA - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS - ACE/MAPA

Portal MAPA - Pagina web da Internet

ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR/GM

EP - Emendas Parlamentares

RP - Sistema de Relacionamento Parlamentar

SECRETARIA-EXECUTIVA - SE/MAPA

BINAGRI - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura

GESTCOM - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional

MAPAVITRO - Gestão de contratos

SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas

SIGI - Sistema de Gestão Integrada

SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento

SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro

SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural

SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação

CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica

AVA ENAGRO VIRTUAL

LECOM - Plataforma de análise dos serviços do portal de serviços

LECOM-ADM - Plataforma para os administradores dos serviços do portal de serviços

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DA/SE

AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA

AUTENTICAÇÃO - Sistema de Controle de Acesso

ALMOX - Sistema de Almoxarifado

ALMOXARIFADO VIRTUAL - Sistema de Almoxarifado Virtual

CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil

PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais

PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência

SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA

SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos

SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho

SISPSM - Sistema Prêmio Servidor Mapa

SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde

SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação

SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SIGESTI - Sistema de Gestão de TI

SCAWEB - Sistema de Controle de Acesso

SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída

SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional

SIOR - Sistema de Informações Orçamentarias

SOLICITA - Sistema de Solicitação de Acesso

THESAURUS - Sistema especializado em literatura agrícola

TIFACIL - Sistema gerenciador de chamados

CORREIO MAPA – Gerenciador de Correios

VÍDEO CONFERÊNCIA – Sistema de Vídeo Conferencia

VOIP – Sistema de Gerenciamento de Voice sobre IP

MAPA DRIVE – Sistema de Nuvem de Arquivos

SKYPE FOR BUSINESS – Ferramenta de Mensageria

4) Demonstrações Contábeis

4.1) BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em milhões de reais

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	13.760	12.531	PASSIVO CIRCULANTE	4.211	5.959
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.431	8.180	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.345	1.129
Créditos a Curto Prazo	4.051	4.092	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	658	765
Clientes	17	12	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	176	363
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.532	1.402	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1	1
Demais Créditos e Valores	2.511	2.686	Obrigações de Repartição a Outros Entes	283	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-8	-8	Provisões a Curto Prazo	-	-
Estoques	277	258	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.747	3.700
VPDs Pagas Antecipadamente	0	0			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	365.520	346.419	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.921	1.915
Ativo Realizável a Longo Prazo	23.627	24.160	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	4	4
Créditos a Longo Prazo	23.627	24.160	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Clientes	202	206	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	316	316
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13.427	14.028	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	139	139	Provisões a Longo Prazo	561	544
Demais Créditos e Valores	9.864	9.795	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.040	1.052
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-5	-8	Resultado Diferido	-	-
Investimentos	13	15	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	6.132	7.874
Participações Permanentes	12	13			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	2	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	21	21	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-10	-10	Patrimônio Social e Capital Social	3.351	3.351
Propriedades para Investimento	0	0	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	43	19
Propriedades para Investimento	0	0	Reservas de Capital	0	0
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	0	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	0	2	Reservas de Lucros	19	19
Demais Investimentos Permanentes	0	2	Demais Reservas	13	13
Imobilizado	341.762	322.131	Resultados Acumulados	369.722	347.674
Bens Móveis	1.275	1.293	Resultado do Exercício	22.274	4.518
Bens Móveis	2.549	2.525	Resultados de Exercícios Anteriores	347.674	342.902
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.246	-1.205	Ajustes de Exercícios Anteriores	-226	255
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-27	-27	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	340.487	320.838	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	373.148	351.076
Bens Imóveis	341.496	321.829			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.009	-991	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	379.280	358.950
Intangível	118	113			
Softwares	117	113			
Softwares	169	164			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-52	-51			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0	0			
TOTAL DO ATIVO	379.280	358.950			

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021

QUADROS DO BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	9.650	8.595	PASSIVO FINANCEIRO	8.022	7.963
ATIVO PERMANENTE	369.630	350.355	PASSIVO PERMANENTE	4.570	6.652
			SALDO PATRIMONIAL	366.688	344.335

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2.021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	465	977	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	8.606	7.878
Atos Potenciais Ativos	465	977	Atos Potenciais Passivos	8.606	7.878
Garantias e Contragarantias Recebidas	163	155	Garantias e Contragarantias Concedidas	0	0
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	244	766	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	4.074	3.499
Direitos Contratuais	58	57	Obrigações Contratuais	4.532	4.379
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	465	977	TOTAL	8.606	7.878

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.210
Recursos Vinculados	4.838
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-122
Previdência Social (RPPS)	-123
Receitas Financeiras	-18
Dívida Pública	1.884
Alienação de Bens e Direitos	137
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.988
Outros Recursos Vinculados	91
TOTAL	1.628

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021

4.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Valores em milhões de reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	44.713	27.660
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30	25
Taxas	30	25
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	905	848
Contribuições Sociais	899	843
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	6	5
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	137	146
Venda de Mercadorias	92	111
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	45	35
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	262	241
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	41	59
Juros e Encargos de Mora	11	10
Variações Monetárias e Cambiais	1	1
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	209	171
Transferências e Delegações Recebidas	18.294	19.757
Transferências Intragovernamentais	17.573	17.223
Transferências Intergovernamentais	0	1
Transferências das Instituições Privadas	-	2
Outras Transferências e Delegações Recebidas	721	2.532
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	24.512	6.042
Reavaliação de Ativos	1.217	1.641
Ganhos com Alienação	1	1
Ganhos com Incorporação de Ativos	20.196	2.305
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.099	2.095
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	572	602
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	30	15
Resultado Positivo de Participações	0	0
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	32	414
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	509	172

Continuação DVP

	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.439	21.172
Pessoal e Encargos	3.031	3.047
Remuneração a Pessoal	2.169	2.208
Encargos Patronais	749	686
Benefícios a Pessoal	55	55
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	59	99
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.438	1.446
Aposentadorias e Reformas	911	913
Pensões	504	511
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24	22
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	668	756
Uso de Material de Consumo	44	45
Serviços	557	620
Depreciação, Amortização e Exaustão	67	91
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2	2
Juros e Encargos de Mora	0	0
Variações Monetárias e Cambiais	0	0
Descontos Financeiros Concedidos	2	1
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	1
Transferências e Delegações Concedidas	13.533	13.713
Transferências Intragovernamentais	12.933	12.610
Transferências Intergovernamentais	260	259
Transferências ao Exterior	-	0
Outras Transferências e Delegações Concedidas	340	843
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.283	1.619
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	496	494
Perdas com Alienação	9	1
Perdas Involuntárias	9	1
Incorporação de Passivos	816	445
Desincorporação de Ativos	1.953	677
Tributárias	16	17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15	16
Contribuições	1	1
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	119	158
Custo das Mercadorias Vendidas	119	157
Custos dos Produtos Vendidos	0	1
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	348	415
Incentivos	1	1
Subvenções Econômicas	297	195
Constituição de Provisões	45	213
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5	6
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	22.274	6.488

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021

4.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de reais

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.938	1.938	1.317	-621
Receitas Tributárias	64	64	21	-43
Taxas	64	64	21	-43
Receitas de Contribuições	1.325	1.325	852	-473
Contribuições Sociais	1.325	1.325	852	-473
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1	1	0	0
Receita Patrimonial	212	212	220	8
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7	7	4	-3
Valores Mobiliários	185	185	206	22
Exploração de Recursos Naturais	21	21	10	-11
Receita Agropecuária	10	10	3	-7
Receita Industrial	0	0	0	0
Receitas de Serviços	203	203	74	-129
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	53	53	32	-21
Serviços e Atividades Financeiras	150	150	41	-108
Outros Serviços	-	-	-	0
Transferências Correntes	25	25	0	-25
Outras Receitas Correntes	98	98	146	48
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	38	38	37	-1
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	55	55	93	38
Demais Receitas Correntes	5	5	16	11
RECEITAS DE CAPITAL	13.366	13.366	1.273	-12.092
Operações de Crédito	6.183	6.183	-	-6.183
Operações de Crédito Internas	6.174	6.174	-	-6.174
Operações de Crédito Externas	8	8	-	-8
Alienação de Bens	1.444	1.444	33	-1.410
Alienação de Bens Móveis	1.401	1.401	2	-1.399
Alienação de Bens Imóveis	43	43	32	-11
Amortização de Empréstimos	5.737	5.737	1.240	-4.497
Transferências de Capital	3	3	-	-3
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	15.303	15.303	2.590	-12.713
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	15.303	15.303	2.590	-12.713
DEFICIT	-	-	3.770	3.770
TOTAL	15.303	15.303	6.360	-8.943
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	43	43	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.883	12.916	6.234	4.969	3.882	6.682
Pessoal e Encargos Sociais	8.904	8.910	5.143	4.291	3.527	3.767
Outras Despesas Correntes	3.979	4.006	1.091	678	355	2.915
DESPESAS DE CAPITAL	11.557	11.304	126	97	94	11.179
Investimentos	2.012	1.669	13	0	0	1.657
Inversões Financeiras	9.545	9.635	113	96	94	9.522
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	278	278	-	-	-	278
SUBTOTAL DAS DESPESAS	24.718	24.499	6.360	5.066	3.976	18.139
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	24.718	24.499	6.360	5.066	3.976	18.139
TOTAL	24.718	24.499	6.360	5.066	3.976	18.139

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021

ANEXOS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de reais

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	300	615	440	417	12	486
Pessoal e Encargos Sociais	68	33	25	25	0	77
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	231	581	415	392	12	409
DESPESAS DE CAPITAL	2.251	3.757	1.288	1.150	12	4.846
Investimentos	1.205	1.695	305	167	10	2.723
Inversões Financeiras	1.047	2.062	983	983	2	2.123
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.551	4.372	1.728	1.567	24	5.332

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	109	685	604	50	139
Pessoal e Encargos Sociais	0	568	520	48	0
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	109	116	84	2	139
DESPESAS DE CAPITAL	81	88	32	1	136
Investimentos	75	44	27	1	90
Inversões Financeiras	6	44	5	1	45
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	190	773	636	51	275

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021

4.4) BALANÇO FINANCEIRO

Valores em milhões de reais

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	2.590	3.018	Despesas Orçamentárias	6.360	12.207
Ordinárias	189	174	Ordinárias	3.828	3.244
Vinculadas	2.385	2.808	Vinculadas	2.533	8.963
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.126	132
Alienação de Bens e Direitos	33	18	Previdência Social (RPPS)	585	1.258
Transferências Constitucionais e Legais	5	2	Receitas Financeiras	84	104
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.344	2.785	Dívida Pública	4	136
Recursos a Classificar	3	3	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	733	7.334
(-) Deduções da Receita Orçamentária	16	36			
Transferências Financeiras Recebidas	17.388	16.992	Transferências Financeiras Concedidas	12.721	12.367
Resultantes da Execução Orçamentária	12.206	12.335	Resultantes da Execução Orçamentária	7.563	7.499
Cota Recebida	4.631	4.833	Repasse Concedido	2.713	2.841
Repasse Recebido	2.725	2.894	Sub-repasse Concedido	4.849	4.558
Sub-repasse Recebido	4.849	4.558	Cota Devolvida	0	50
Repasse Devolvido	1	41	Repasse Devolvido	1	41
Sub-repasse Devolvido	0	9	Sub-repasse Devolvido	0	9
Independentes da Execução Orçamentária	5.182	4.656	Independentes da Execução Orçamentária	5.158	4.868
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.428	1.741	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.331	1.041
Demais Transferências Recebidas	561	374	Demais Transferências Concedidas	561	374
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.193	2.542	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.266	3.453
Recebimentos Extraorçamentários	2.668	8.136	Pagamentos Extraorçamentários	2.314	1.938
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.090	939	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	636	919
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.294	6.927	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.567	901
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	64	111	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	111	117
Outros Recebimentos Extraorçamentários	220	159	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	0
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0	0	Valores Compensados	-	0
Restituições a Pagar	0	0			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0	0			
Arrecadação de Outra Unidade	207	148			
Demais Recebimentos	12	11			
Saldo do Exercício Anterior	8.180	7.861	Saldo para o Exercício Seguinte	9.431	9.495
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.180	7.861	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.431	9.495
TOTAL	30.826	36.007	TOTAL	30.826	36.007

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021

4.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em milhões de reais

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	3.288	24	0	50	13	342.902	-	-	346.276
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	40	6	-	-	-	72	-	-	118
Aumento/Redução de Capital	24	-11	-	-	-	-	-	-	13
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	192	-	-	192
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.488	-	-	4.488
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-31	-	21	-	-	-10
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	3.351	19	0	19	13	347.674	-	-	351.076

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	3.351	19	0	19	13	347.674	-	-	351.076
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-2	-	-	-	-228	-	-	-230
Aumento/Redução de Capital	-	26	-	-	-	-	-	-	26
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	22.274	-	-	22.274
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	3.351	43	0	19	13	369.722	-	-	373.148

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021

4.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em milhões de reais

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.118	456
INGRESSOS	18.989	18.396
Receita Tributária	21	17
Receita de Contribuições	852	794
Receita Patrimonial	14	10
Receita Agropecuária	3	4
Receita Industrial	0	0
Receita de Serviços	74	84
Remuneração das Disponibilidades	206	173
Outras Receitas Derivadas e Originárias	146	50
Transferências Recebidas	0	3
Intergovernamentais	0	1
Dos Estados e/ou Distrito Federal	0	1
Outras Transferências Recebidas	-	2
Outros Ingressos Operacionais	17.672	17.261
Ingressos Extraorçamentários	64	111
Restituições a Pagar	0	0
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0	0
Transferências Financeiras Recebidas	17.388	16.992
Arrecadação de Outra Unidade	207	148
Valores para Compensação	1	-
Demais Recebimentos	12	11
DESEMBOLSOS	-17.870	-17.941
Pessoal e Demais Despesas	-4.394	-4.531
Administração	0	0
Assistência Social	-218	-38
Previdência Social	-1.302	-1.292
Trabalho	-	-
Direitos da Cidadania	-2	-28
Gestão Ambiental	-16	-17
Ciência e Tecnologia	0	0
Agricultura	-2.470	-2.657
Organização Agrária	-301	-305
Encargos Especiais	-84	-195
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0	0
Transferências Concedidas	-644	-925
Intergovernamentais	-149	-425
A Estados e/ou Distrito Federal	-48	-336
A Municípios	-101	-89
Intragovernamentais	-485	-482
Outras Transferências Concedidas	-10	-18
Outros Desembolsos Operacionais	-12.832	-12.485
Dispêndios Extraorçamentários	-111	-117
Transferências Financeiras Concedidas	-12.721	-12.367
Valores Compensados	-	0
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	133	1.178
INGRESSOS	1.273	1.883
Alienação de Bens	33	14
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.240	1.869
DESEMBOLSOS	-1.140	-705
Aquisição de Ativo Não Circulante	-51	-61
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.002	-546
Outros Desembolsos de Investimentos	-87	-99
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.251	1.634
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.180	7.861
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.431	9.495

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021

5) Notas Explicativas

5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Mapa estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

5.2.2) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

5.2.3) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; (vii) valores a compensar e (viii) Estoques. Os valores a compensar são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA, a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização decorre de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES.

5.2.4) Estoques

Os estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. No âmbito do MAPA a CONAB possui maior destaque no saldo de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

5.2.5) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa, somente no INCRA tem-se a Dívida Ativa não Tributária e (iv) Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os empréstimos concedidos, no INCRA, referem-se a recursos para fomento (Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional) com o objetivo de que o público da reforma agrária permaneça no campo; e no FUNCAFÉ, referem-se a Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras.

5.2.6) Investimentos

Os investimentos são compostos por: (i) Participações permanentes; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

5.2.7) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

5.2.8) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

5.2.9) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet e de Bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

5.2.10) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

5.2.11) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros” no INCRA registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

5.2.12) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do MAPA, há empréstimos de curto prazo – interno, especificamente na CONAB, que referem-se a repasses de recursos pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados a Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos”.

5.2.13) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) Riscos trabalhistas; (ii) Riscos fiscais; (iii) Riscos cíveis; (iv) Repartição de créditos tributários; (v) Provisões matemáticas; e (vi) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No âmbito do MAPA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Riscos Fiscais na CONAB;
- b) Provisão para Indenizações Trabalhistas na Embrapa e na CONAB e
- c) Provisões para Indenizações Cíveis na **Conab**.

5.2.14) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis deste trimestre.

5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

Em 2019 a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019, e o Decreto nº 9667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério;

O Decreto nº 10.041, de 03/10/2019, DOU de 04/10/2019, altera a estrutura do Ministério da Economia, incluindo a Entidade Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

O DECRETO Nº 10.253, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

A - Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
ATIVO CIRCULANTE	13.760	13.307	3,40%	
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.431	8.946	5,43%	68,54%
Créditos a Curto Prazo	4.051	4.017	1,00%	11,20%
Estoques	277	344	-19,57%	2,01%
VPDs Pagas Antecipadamente	0	0	0%	0,00%

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 379,28 bilhões**, o Ativo Circulante, com saldo de **R\$ 13,760 bilhões** representa apenas **3,63%** e aumentou **5,42%** com relação ao 1º Trimestre.

→ Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	Saldo		AH %	AV %
	JUN/2021	MAR/2021		
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	4.816	4.845	-0,59%	51,07%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5	5	0,00%	0,06%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0	0	-	0,00%
TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	1.849	1.849	0,00%	19,60%
TITULOS DA DIVIDA AGRARIA EM TRANSITO	738	738	0,00%	7,83%
FUNDO DE APLICACAO - EXTRAMERCADO	54	51	5,21%	0,57%
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1	1	0,00%	0,01%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.336	991	34,76%	14,16%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	628	461	36,20%	6,65%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	5	5	0,00%	0,05%
TOTAIS	9.431	8.946	5,43%	100%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 68,54% refere-se a Caixa e Equivalentes de Caixa que, neste trimestre, apresenta o saldo de **R\$ 9,431 bilhões**, destacando-se o valor de **R\$ 4,816 bilhões** da conta **CTU - Recursos da Conta Única Aplicados** que representa **51,07%** do total da rubrica e refere-se às aplicações financeiras do Órgão Funcafé na Conta Única da União. Já em relação aos **Títulos da Dívida Agrária**, que equivalem a **19,60%**, os mesmos referem-se às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados a política de reforma agrária, registrados no órgão do **Incra**.

Destaca-se que, com relação ao Saldo de Títulos da Dívida Agrária em Trânsito, a STN solicitou, por meio de mensagem no SIAFI, ao INCRA, a apresentação dos motivos da permanência de saldo de Títulos da Dívida Agrária em Trânsito no fechamento do ano de 2020 no valor de **R\$ 738 milhões**, advindos de outros exercícios. A Autarquia respondeu através do mesmo meio, que foi criado um Grupo de Trabalho conforme O.S. nº 988/2020/DO/SEDE/INCRA, mas que devido à Pandemia tornou-se impossível ao grupo fazer deslocamentos para verificações “in loco” da identificação dos imóveis para os devidos registros. Aguarda-se o fim do estado de emergência para a retomada aos trabalhos do grupo instituído para esse fim. Neste segundo trimestre, o saldo permanece com o mesmo valor.

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ 9,431 bilhões

- Moeda Nacional em 30/06/2021 **R\$ 9,426 bilhões**
- Moeda Estrangeira em 30/06/2021 **R\$ 4,830 milhões**

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ 9.426 bilhões

- Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional **R\$ 4,816 bilhões**
- Bancos Conta Movimento – Demais Contas **R\$ 5,386 milhões**
- Aplicações Financeiras de Liquidez **R\$ 54,636 milhões**
- Recursos Liberados pelo Tesouro **R\$ 1,963 bilhão**
- Títulos da Dívida Pública em poder da UG **R\$ 2,587 bilhões.**

Por Órgão Subordinado	R\$ Milhões			
	JUN/21	MAR/21	AH	AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	4.963	4.927	0,72%	52,62%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	2.967	2.868	3,46%	31,46%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	728	456	59,75%	7,72%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	388	339	14,31%	4,11%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	316	297	6,34%	3,35%
FUNDO DE TERRAS	67	56	18,90	0,71%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	2	2	28,38	0,03
Total:	9.431	8.945	9,35%	100%

Em relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa por órgão, destaca-se o aumento, em relação ao último trimestre, de **59,75%** no órgão MAPA Administração Direta.

→ Créditos a Curto Prazo:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
Créditos a Curto Prazo	4.051	4.017	0,87%	38,06%
CREDITOS A CURTO PRAZO	1.542	1.517	1,65%	0,42%
CLIENTES	17	22	-22,73%	37,81%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	<u>1.532</u>	<u>1.502</u>	2,00%	-0,17%
AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	-7	-7	0%	0%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.510	2.500	0,40%	12,69%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	<u>514</u>	<u>474</u>	8,44%	4,10%
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	166	169	-1,78%	0,37%
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	15	15	0%	0%
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0	0	%	%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	1.816	1.843	-1,47%	-0,02%
AJUSTE P/PERDA DE MAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	-1	-1	0%	0%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 29,45% refere-se a Créditos a Curto Prazo que, neste trimestre, apresenta o saldo de **R\$ 4,051 bilhões**, aumentando em 0,87% com relação ao 1º Trimestre/2021.

→ **Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Curto Prazo:**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	1.532	1.502	1,93%	
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	222	222	0%	14,50%
EMPREST A CONCEDER PELOS AGENTES FINANCEIROS	1.310	1.280	2,27%	85,50%

Órgão	R\$ Milhões		
	JUN/2021	MAR/2021	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	222	222	14,50%
FUNDO DE TERRAS	1.310	1.280	85,50%
Total:	1.532	1.502	100%

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos são compostos por **Empréstimos Concedidos a Receber** no total de R\$ 222 milhões - que se referem a valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária do INCRA - e **Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros** – no total de **R\$ 1,310 bilhão**, que representam **85,50%** do valor total da rubrica e refere-se à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES.

Quanto ao saldo de empréstimos e financiamentos concedidos:

- **No INCRA** que se refere a modalidade de empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência;
- **No FUNCAFE** que se refere a Dação em Pagamentos com diversas instituições financeiras quanto aos financiamentos da cafeicultura não há a evidência da contabilização dos juros contratuais por competência;
- **No FUNDO DE TERRAS** que se refere aos financiamentos com o BNDES o qual tem a gestão financeira do FTRA e as atribuições de receber recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003, também não há contabilização dos juros contratuais por competência. Em todos os casos estuda-se junto a CCONT/STN a possibilidade da efetivação desses registros.

→ **Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	514	474	8,44%	100%
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	196	108	84,48%	38,13%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	51	35	45,71%	9,92%
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	237	305	-22,30%	46,11%
Outras Contas	30	26	15,38%	5,84%

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	1.816	1.843	-1,47%	100%
RECURSOS DA UNIAO	346	441	-21,54%	19,05%
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	686	656	4,57%	37,78%
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	705	669	5,38%	38,82%
Outras Contas	79	77	2,60%	4,35%

R\$ Milhões

Órgão	JUN/2021	MAR/2021	% AH	% AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	21	16	31,25%	0,84%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	15	19	-21,05%	0,60%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	154	115	33,91%	6,14%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	245	222	10,36%	9,76%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	582	515	13,01%	23,19%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.493	1.613	-7,44%	59,48%
Total	2.510	2.500	0,40%	100%

O saldo do Funcafé apresentou aumento com relação ao último trimestre, na ordem de 31,25% no que se refere ao adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo da CONAB e do MAPA representam, juntos, 82,67% do valor total da rubrica. A CONAB, que ocupa a maior parcela de representatividade nessa rubrica, 59,48% do total, apresentou decréscimo de 7,44% nesse trimestre, comparado ao anterior.

No que se refere ao MAPA, que ocupou 23,19% do total da rubrica, houve um acréscimo da ordem de 13,01%, provocado pela diminuição das transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), que apesar disso, continua responsável pela maior parcela do saldo.

→ Estoque:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	JUN/21	MAR/21	AH%	AV%
ESTOQUES	277	344	-19,48%	
MERCADORIAS PARA REVENDA	211	281	-24,91%	76,17%
PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS	2	0	%	0,72%
PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORACAO	0	0	%	0%
MATERIAIS EM TRANSITO	6	1	500,00%	2,17%
ALMOXARIFADO	48	50	-4,00%	17,33%
OUTROS ESTOQUES	10	12	-16,67%	3,61%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 2,01% refere-se a Estoques que, neste trimestre, apresenta o saldo de R\$ 277 milhões e diminuiu 19,48% com relação ao 1º Trimestre. Os estoques compreendem especialmente as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração e almoxarifado.

R\$ Milhões

Órgão	JUN/2021	MAR/2021	% AH	% AV
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	13	13	0%	4,69%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	3	3	0%	1,08%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	44	45	-2,22%	15,88%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	217	283	-23,32%	78,34%
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	0	0	0%	0%
Total	277	344	-19,48%	100%

Em relação aos Estoques, destaca-se o saldo da **Conab**, que representa **78,34%** de todo o grupo e diminuiu **23,32%**, com relação ao 1º Trimestre referente a aquisição de produtos que compõem a cesta básica para doação.

O saldo de estoques da **Embrapa**, representa **15,88%** do grupo e diminuiu **2,22%** com relação ao 1º Trimestre referente a aquisição de materiais de consumo, animais e minerais.

B - Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	365.520	353.506	3,40%	100%
Ativo Realizável a Longo Prazo	23.627	23.426	0,86%	6,46%
Investimentos	13	13	0%	0%
Imobilizado	341.762	329.949	3,58%	93,50%
Intangível	118	118	0%	0,03%

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 379,28 bilhões**, o Ativo Não Circulante representa 96,37% e seu saldo aumentou 3,40% em relação ao 1º Trimestre.

→ **Ativo realizável a Longo Prazo**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	JUN/21	MAR/21	AH%	AV%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	23.627	23.426	0,86%	100%
CREDITOS A LONGO PRAZO	13.767	13.583	1,35%	58,27%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	9.860	9.842	0,18%	41,73%
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LP	0	0	0%	0%

→ **Créditos a Longo Prazo - Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	JUN/21	MAR/21	AH%	AV%
CREDITOS A LONGO PRAZO	13.767	13.583	1,35%	100%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	13.427	13.243	1,39%	97,53%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - ESTOQUE PROPRIO	201	201	0%	1,46%
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	139	139	0%	1,01%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - PRESTACAO SERVICOS	0	4	%	%
AJUSTE PERDA PARA CREDITO LIQUIDACAO DUVIDOSA	0	-4	%	%

Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Órgão	R\$ Milhões			
	JUN/21	MAR/21	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	6.096	5.981	1,92%	45,40%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	4.197	4.127	1,70%	31,26%
FUNDO DE TERRAS	3.134	3.134	0%	23,34%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	-	-	-	%
Total	13.427	13.242	1,39%	100%

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos tiveram leve acréscimo de **1,39%** em relação ao 1º trimestre, destacando-se o órgão **INCRA**, que representa **45,40%** do total desse subgrupo e que teve um acréscimo de **1,39%** com relação ao 1º Trimestre devido ao pagamento de empréstimos concedidos vinculado ao contrato de instalação (Habitacional e Semiárido); e o **Funcafé**, que representa **31,26%** desse total, e refere-se aos empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária por autorização legal ou vinculado a contrato ou acordo, com vencimento a longo prazo.

Houve baixa significativa no registro de **Ajustes de Perdas em Créditos a Longo Prazo** no Órgão da **Conab**, reduzindo o saldo de **R\$ 4 milhões** para **R\$ 65 mil** neste Trimestre.

Dívida Ativa Não Tributária

Órgão	JUN/2021	MAR/2021	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	139	139	0%	100%
Total	139	139	0%	100%

A Dívida Ativa Não Tributária do **Incra** (100% do total da rubrica) é resultado de inscrições em dívida ativa realizadas na Procuradoria Federal Especializada, estando relacionadas, em sua maior parte, as publicações de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, decorrentes de julgamentos de Tomadas de Contas Especiais instauradas na Autarquia Incra.

→ Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Órgão	JUN/2021	MAR/2021	R\$ Milhões	
			AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	8.143	8.143	0%	82,59%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.316	1.319	-0,23%	13,35%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	355	346	2,60%	3,60%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	45	33	36,36%	0,46%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	1	1	0%	0%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	0	0	-	-
Total	9.860	9.842	0,18%	100%

ESPECIFICAÇÃO	JUN/21	MAR/21	R\$ Milhões	
			AH%	AV%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	9.860	9.842	-0,18%	100%
CRÉDITOS A RECEBER - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	7.827	7.827	0%	79,38%
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	1.194	1.191	-0,25%	12,11%
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	372	372	0%	3,77%
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	280	280	0%	2,84%
Demais Contas	187	172	-8,02%	1,90%

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo tiveram acréscimo de **0,18%** e o órgão **Incra** representa **82,59%** do total da rubrica, no valor de **R\$ 8,143 bilhões**. Desse total, **R\$ 7,827 bilhões** refere-se a conta “Créditos a receber – Regularização” que tem como função registrar os valores a receber decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

- **Imobilizado** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004](#);
- **O Intangível** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005](#);
- **Os Investimentos** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006](#).

C - Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	4.211	5.996	-29,77%	100%
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.747	3.727	-53,13%	41,49%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.345	1.121	19,98%	31,94%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	658	768	-14,32%	15,63%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	176	197	-10,66%	4,18%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	284	182	56,04%	6,74%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1	1	0%	0%

Do total do Passivo Exigível no valor de **R\$ 6,152 bilhões**, o Passivo Circulante representa **68,44%** e seu saldo no total de **R\$ 4,211 bilhões** diminuiu **29,77%** com relação ao 1º Trimestre.

→ Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo:

R\$ Milhões

Órgão	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
DEBITOS DE OPERACOES ESPECIAIS - CONAB	620	730	-15,07%	94,22%
CONTRATOS DE EMPRESTIMOS INTERNOS - FUNDO DE TERRAS	38	38	0%	5,78%
Total:	658	768	-14,32%	100%

O saldo da CONAB teve decréscimo em relação ao 1º Trimestre, referente em sua maioria nos pagamentos de equalização da ação orçamentária 0299-AGF Equalização para a IF 955 - CONAB. O saldo restante representa o diferimento dos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques e da recuperação de créditos, conforme Portaria Interministerial MAPA/MF nº 38/2004.

→ Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo são objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 001](#);

→ Demais Obrigações a Curto Prazo:

R\$ Milhões

Órgão	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	125	2.315	-94,60%	7,16%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.143	1.210	-5,54%	65,43%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	123	139	-11,51%	7,04%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	357	63	466,67%	20,44%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFFEEIRA	-	1	%	0%
Total:	1.747	3.727	-53,13%	100%

ESPECIFICAÇÃO	JUN/21	AV%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.747	100,00%
PRECATORIOS DE TERCEIROS	2	0,11%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR – TED	1.129	64,63%
ENTIDADES CREDORAS – FEDERAIS	2	0,11%
CONSIGNACOES	83	4,75%
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	52	2,98%
ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA	39	2,23%
Demais Contas	440	25,19%

A variação negativa nas Obrigações a Curto Prazo destacou-se no Órgão INCRA, que reduziu 94,60% em relação ao 1º Trimestre. Essa diminuição refere-se às liquidações de precatórios de terceiros, conforme orientações do Conselho de Justiça Federal – CJF.

No MAPA, a variação positiva foi de 466,67% deve-se, essencialmente, aos registros de Subvenção quanto a operacionalização do Seguro Rural efetuados pela Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Apesar da ocorrência de variações significativas tanto positivas quanto negativas, o total das Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu decréscimos significativos em torno de 53,13%.

D - Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	Milhões			
	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.921	1.740	10,40%	100%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	4	4	0,00%	0,21%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	316	316	0,00%	16,45%
Provisões a Longo Prazo	561	411	36,50%	29,20%
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.040	1.009	3,07%	54,14%

Do total do Passivo Exigível, no valor de **R\$ 6,132 bilhões**, o Passivo Não Circulante representa 31,33% e seu saldo no total de **R\$ 1,921 bilhão** teve um acréscimo de 10,40% com relação ao 1º Trimestre.

O subgrupo **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo**, referente especialmente a Precatórios de Pessoal, representa apenas 0,21% do total do Ativo Não Circulante e não sofreu nenhuma alteração com relação ao 1º Trimestre.

- **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 001](#) ;
- As **Provisões a Longo Prazo** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003](#).

→ **Demais Obrigações a Longo Prazo:**

R\$ Milhões

Órgão	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	88	88	0%	8,46%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	40	40	0%	3,85%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	912	881	3,520%	87,69%
Total:	1.040	1.009	3,070%	100%

O Órgão CONAB representa 87,69% do valor total da rubrica, essencialmente na conta ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA e sofreu variação positiva de 3,52% com relação ao 1º Trimestre. O valor decorre da diferença entre a atualização do contrato de saldamento e as parcelas pagas, firmado entre a CONAB e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS). O contrato foi firmado para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato aprovado pelos órgãos superiores. Desde Janeiro de 2020 já houve o pagamento das quinze primeiras parcelas.

O saldo do Incra, no total de **88 milhões**, representa 8,46% da rubrica e refere-se a conta PRECATÓRIOS DE TERCEIROS, que não teve alteração. Os pagamentos de precatórios de terceiros somente são realizados a medida que a justiça decide sobre o pagamento, ou não, dessas dívidas. Portanto não houve pagamentos, e as respectivas baixas na conta, pois não houve decisão judicial neste sentido.

E - Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	3.351	3.351	0%	0,90%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	43	19	126,32%	0,01%
Reservas de Capital	0	0	0%	0%
Reservas de Lucros	19	19	0%	0%
Demais Reservas	13	13	0%	0%
Resultados Acumulados	347.448	347.602	-0,04%	93,11%
Resultado do Exercício	22.274	8.073	175,91%	5,97%
Resultados de Exercícios Anteriores	347.674	347.674	0%	93,17 %
Ajustes de Exercícios Anteriores	-226	-72	213,89%	-0,06 %
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	373.148	359.077	3,92%	100,00%

Resultados Acumulados:

R\$ Milhões

Órgão	JUN/2021	MAR/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	327.759	327.762	0%	94,33%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	8.908	8.905	0,03%	2,56%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	8.810	8.810	0%	2,54%
FUNDO DE TERRAS	4.401	4.401	0%	1,27%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	45	45	0%	0,01%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	-	-	-	-
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	2.474	2.320	6,64%	0,71%
Total	347.448	347.602	-0,04%	100%

O órgão com maior relevância é o INCRA que representa 94,33% do total do grupo.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 2º Trimestre de 2021, o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 492 milhões**, relacionados com fornecedores e contas a pagar de curto e longo prazo e representa uma redução de 27,54% em relação ao último trimestre.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

R\$ Milhões			
COMPOSIÇÃO	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Circulante Curto Prazo	176	363	-48,48%
Nacionais	175	362	-48,34%
Estrangeiros	1	1	-
Não Circulante (Longo Prazo)	316	316	-
Nacionais	316	316	-
Total	492	679	-27,54%

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 30/06/2021 os saldos relevantes são os Fornecedores Nacionais de Longo Prazo.

Quanto ao Curto Prazo verifica-se um decréscimo de 48,48%.

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se os Órgãos contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 30/06/2021.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

R\$ Milhões		
ÓRGÃOS	30/06/2021	AV (%)
FUNCAFE	316	64,20%
MAPA	74	15,09%
CONAB	47	9,57%
INCRA	27	5,56%
EMBRAPA	26	5,33%
SFB	1	0,23%
Total	492	100%

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 64,20% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir relacionam-se os fornecedores mais significativos do Mapa saldos em aberto, na data base de 30/06/2021.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

R\$ Milhões		
FORNECEDORES	30/06/2021	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	316	77,45%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	63	15,44%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	8	1,96%
CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI	6	1,47%
COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTENCIA TECNICA E	4	0,98%
TOPOSAT ENGENHARIA LTDA - EPP	4	0,98%
SINDICATO DOS TRAB NA MOV DE MERC EM GERAL DE BARREIRAS	2	0,49%
DELTA PROJETOS AGROPECUARIOS PARNAMIRIM LTDA	2	0,49%
WATERS TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA.	2	0,49%
LAYER DO BRASIL EIRELI	1	0,24%
Total	408	100%

Nota nº 002 - Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 30/06/2021, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuía saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de **R\$ 4,533 bilhões**, valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 30/06/2021. Apresentamos tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 2º Trimestre de 2021, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	R\$ Milhões			
	30/06/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Serviços	2.942	2.782	64,90 %	5,75%
Empréstimos e Financiamentos	1.337	1.359	29,49%	-1,62%
Fornecimento de Bens	138	130	3,04%	6,15%
Seguros	81	74	1,79%	9,46%
Demais	23	23	0,51%	-
Aluguéis	12	12	0,26%	-
Total	4.533	4.497	100,00%	0,80%

Com base nas informações da tabela 01, as obrigações contratuais do Mapa relativas ao item Serviços apresentaram aumento de 5,75%. Já o item Fornecimento de Bens teve aumento de 6,15%. O aumento mais significativo em termos percentuais foi no item Seguros, que apresentou aumento na ordem de 9,46%. Quanto ao item Empréstimos e Financiamentos houve decréscimo de 1,62%. Os demais itens não sofreram alterações. No total, houve um leve aumento das obrigações contratuais correspondente a 0,80% comparado ao 1º trimestre de 2021. Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as de Serviços se destacam representando 64,90% do total das obrigações assumidas pelo Ministério.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	R\$ Milhões	
	30/06/2021	AV (%)
FUNCAFE	1.340	29,56%
CONAB	1.173	25,88%
MINIST. DA AGRICULTURA	1.120	24,71%
INCRA	507	11,18%
EMBRAPA	353	7,79%
SFB	40	0,88%
Total	4.533	100,00%

A tabela 02, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 30/06/2021. O órgão **FUNCAFÉ** possui maiores obrigações contratuais em torno de 29,56% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações (99,70%) referentes a Empréstimos e Financiamentos – seguido da **CONAB** – com 25,88% do valor total das obrigações contratuais, das quais 99,09% referem-se a contrato de Serviços.

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	R\$ Milhões	
	30/06/2021	AV (%)
INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS	950	20,96%
BANCO BRADESCO S.A.	247	5,45%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	238	5,25%
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	209	4,61%
BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S/A	151	3,33%
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	132	2,91%
BANCO DO BRASIL SA	120	2,65%
CAST INFORMATICA S/A	93	2,05%
BANCO CITIBANK S A	91	2,01%
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	75	1,65%
Total dos 10 primeiros Contratados mais relevantes	2.306	50,87%
→ Demais Obrigações – Por Contratado.	2.227	49,13%
Total	4.533	100%

A tabela 03 relaciona os dez contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 30/06/2021. Os três contratados com valores mais expressivos são da **CONAB** e **EMBRAPA**. Sendo que a obrigação contratual com a CIBRIUS, no valor de R\$ 950 milhões, representa 81,01% de todas as obrigações contratuais da CONAB e 20,96% das obrigações contratuais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Nota nº 003 - Provisões

Em 30 de junho de 2021 o **MAPA** apresentou um saldo de **R\$ 561 milhões** relacionados a provisões de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 2º trimestre 2021.

Tabela 01 – Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	30/06/2021	31/12/2020	R\$ Milhões AH (%)
Provisões a curto prazo	0	0	0%
Provisões a longo prazo	561	544	3,12%
Total	561	544	3,12%

Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

Tabela 02 – Provisões de Longo Prazo por Órgão.

Órgãos	30/06/2021	31/12/2020	R\$ Milhões AH (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	276	253	9,09%
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	285	291	-2,06%
Total	561	544	3,12%

Em **30/06/2021** o saldo apresentado na conta foi de **R\$ 561 milhões**, sendo na **Embrapa R\$ 276 milhões** e na **CONAB R\$ 285 milhões**. Assim, os dois órgãos (EMBRAPA e CONAB) possuem o total de provisões a longo prazo quase que divididos à metade para cada um, ficando a EMBRAPA com o percentual de 49,20% e a CONAB com 51,80%.

Tabela 03 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

Provisões	30/06/2021	31/12/2020	R\$ Milhões AH(%)
Riscos Trabalhistas	520	503	3,38%
Riscos Fiscais	5	6	-16,67%
Riscos Cíveis	36	35	2,86%
Total	561	544	3,12%

A Provisão para Riscos Fiscais, em termos percentuais, foi a que apresentou forte queda, no entanto, essa redução se deu na ordem de um milhão de reais. Por outro lado, a Provisão para Indenizações Trabalhistas, em termos absolutos, é a mais relevante dentre as de longo prazo, uma vez que ocupa 92,69% do total das provisões a longo prazo.

O aumento de 9,09% do saldo de provisões da Embrapa refere-se à reversão de parte da provisão trabalhista acumulada devido à implantação de nova metodologia de classificação de riscos de processos judiciais na foma regulamentada pela deliberação nº 27 de 20/10/2010, publicada no BCA Nº 51 de 02/11/2020. Critérios atualizados à luz do CPC 25 - PROCESSO SEI Nº 21148.003821/2021-3.

Embrapa

R\$ Milhões

Natureza	Valor Estimado em jun/2021	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Trabalhistas		
Prováveis	75	Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/Horas in itinere/Horas extras/Redução de Jornada/Incorporação de /Teto gratificação/Jornalistas/ (*)Pagamento de Premiação salarial
Cíveis		
Prováveis	2	Anulação de ato administrativo
Previdenciários		
Prováveis	20	Encargos Previdenciários
Tributários		
Prováveis	179	Anulação de débito fiscal/ ITR - INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal - CEF
TOTAL	276	

Notas Explicativas:

(1) A Planilha consiste dos processos ativos, onde a Embrapa é Ré, da Justiça Trabalhista e Federal.

CONAB

R\$ Milhões

Natureza	Valor Estimado em jun/2021
Trabalhistas	
Prováveis	244
Cíveis	
Prováveis	36
Fiscais	
Prováveis	5
TOTAL	285

Nas Provisões a Longo Prazo da CONAB, 98,25% são referentes a Riscos Trabalhistas e Riscos Cíveis a serem desembolsados a longo prazo, conforme planilha de Provisões Passivas, elaboradas pelas áreas jurídicas da Companhia.

No MAPA como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, CONAB e Embrapa, existem estas provisões e as demais, assim como os registros para perdas.

Nota nº 004 - Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30 de junho de 2021, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de **R\$ 341,762 bilhões**, líquidos da depreciação e amortização, que representou um acréscimo de 6,09% em relação ao 4º trimestre/2020.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o segundo trimestre de 2021 e para o exercício de 2020.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	R\$ Milhões		
	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens Móveis	1.275	1.293	-1,41%
(+) Valor Bruto Contábil	2.549	2.525	0,94%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.246)	(1.205)	3,47%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(27)	(27)	0,31%
Bens Imóveis	340.487	320.838	6,12%
(+) Valor Bruto Contábil	341.496	321.829	6,11%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(1.009)	(991)	1,83%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
Total	341.762	322.131	6,09%

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 30/06/2021 totalizavam em **R\$ 1,275 bilhão**, líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

	R\$ Milhões		
Bens Móveis - Composição	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.110	1.096	1,33%
Bens de Informática	508	490	3,74%
Móveis e Utensílios	257	257	-0,05%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	35	35	1,72%
Veículos	482	478	0,81%
Bens Móveis em Andamento	2	6	-65,85%
Bens Móveis em Almoxarifado	37	44	-13,86%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	5	5	7,01%
Demais Bens Móveis	111	115	-3,31%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.246)	(1.205)	3,47%
Redução ao Valor Recuperável	(27)	(27)	0,31%
Total	1.275	1.293	-1,41%

Constavam Bens Móveis registrados, no valor de R\$ 19,452 milhões no fechamento do balanço 2020 referente à conta de Bens Não Localizados. No final do 2º trimestre/2021 este valor diminuiu para 18,736 milhões.

Foi gerado o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de Bens Não Localizados.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/06/2021 totalizavam R\$ 340,487 bilhões, líquidos de depreciação/amortização, e tiveram um aumento de 6,12% em relação ao período de 31/12/2020, com maior concentração no Órgão INCRA, advindo ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019, no valor líquido de R\$ 331,719 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

Órgão UGE	MIN.AGRICULTURA		INCRA		EMBRAPA		CONAB		SFB		TOTALS		R\$ Milhões
	jun/21	dez/20	jun/21	dez/20	jun/21	dez/20	jun/21	dez/20	jun/21	dez/20	jun/21	dez/20	AV
Contas													mar/21
Bens de Uso Especial	8.044	7.510	186.397	166.006	516	516	311	307	1	1	195.268	174.339	12,00%
Bens Dominicais	-	-	145.266	146.507	-	-	-	-	-	-	145.266	146.507	-0,85%
Bens Imóveis em Andamento	82	113	430	423	49	45	21	32	2	3	584	615	-5,12%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	23	23	2	2	212	211	10	1	-	-	248	238	3,97%
Instalações	22	22	15	15	89	87	0	0	0	0	125	124	1,28%
Demais Bens Imóveis	0	0	5	5	-	-	-	-	-	-	5	5	0,00%
Depr./Amort. Acum Bens Im	(48)	(47)	(396)	(393)	(346)	(334)	(219)	(217)	(0)	(0)	(1.009)	(991)	1,83%
Total	8.123	7.621	331.719	312.564	519	525	122	124	4	4	340.487	320.838	6,12%

Tabela 03.a – Bens Imóveis – Composição Total

R\$ Milhões

Bens Imóveis – Composição	31/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens de Uso Especial	195.268	174.339	12,00%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	145.266	146.507	-0,85%
Bens Imóveis em Andamento	584	615	-5,12%
Instalações	125	124	1,28%
Demais Bens Imóveis	5	5	0,00%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	248	238	3,97%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(1.009)	(991)	1,83%
Totais	340.487	320.838	6,12%

De acordo com a tabela ao lado, os BENS DE USO ESPECIAL apresentaram um acréscimo de 12% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do 1º trimestre/2021, perfazendo o montante de **R\$ 195.268 bilhões** a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL, os quais são considerados os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal, são constituídos conforme tabela abaixo:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

R\$ Milhões

Bens de Uso Especial – Composição	31/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	94.296	93.591	0,75%
Terrenos, Glebas	91.426	71.742	27,44%
Imóveis de Uso Educacional	1	1	0,00%
Edifícios	1.096	1.094	0,22%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.657	1.657	-0,01%
Imóveis Residenciais e Comerciais	119	119	0,00%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	1	1	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.969	1.967	0,09%
Unidade/instalação de Aquicultura/P	4.704	4.168	12,84%
Totais	195.268	174.339	12,00%

Destaca-se o item **“Fazendas, Parques e Reservas”** no valor de R\$ 94,296 bilhões, com realce no Órgão **INCRA** no valor de R\$ 94,262 bilhões, referente a 30 (Fazendas), 43 (Parques) e 49 (Reservas).

E sendo que este item nos anos de 2019 e 2020 já se destacava como o 2º maior valor no âmbito do Balanço Geral da União – BGU e que ainda continua.

A conta **“Bens dominicais não registrados no SIAFI”** do INCRA representam os bens não registrados no Sistema Integrado de Administração Patrimonial – *SIAPA*, que é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como dominiais quanto à sua destinação no âmbito da SPU. Os referidos imóveis constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispendo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Em 31/12/2018 o INCRA possuía um saldo de R\$ 12,479 bilhões relacionado a bens dominicais não registrados no SIAFI. No ano de 2019, teve um acréscimo de **1.095,18%**, passando para R\$ 149,142 bilhões, decorrente da incorporação de Glebas da extinta SEAD ao INCRA. No ano de 2020, teve um decréscimo de **-1,77%**, passando para R\$ 146,507 bilhões. Por fim, no 2º trimestre de 2021, teve decréscimo de **-0,85%**, passando para R\$ 145,266 bilhões. Esse decréscimo de 0,85% deve-se à baixa dos imóveis da Superintendência Regional de Santarém – SR-30 (Área Trombetas, Comunidade Boa Vista e Áea Cuminá e Trombetas) no total de R\$ 267,6 milhões, da Superintendência Regional de Sergipe - SR-23, no total de R\$ 1,3 milhão, e da Superintendência Regional de Mato Grosso - SR-13, no total de R\$ 1 milhão.

Do total dos bens dominicais, a maior parte (97,18%) refere-se a GLEBAS no valor de R\$ 141,175 bilhões, registrado na conta corrente “P IM0110731 – Glebas Amazônicas – Programa Terra Legal”. Esses bens foram transferidos em 3 maio de 2019 – NS 004/130231 - da SERFAL/MAPA (130231) para SRFA/INCRA (133003).

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS			COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS			MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS		
R\$ milhões			R\$ milhões			R\$ milhões		
ÓRGÃO	31/06/2021	31/12/2020	ÓRGÃO	31/06/2021	31/12/2020	ÓRGÃO	31/06/2021	31/12/2020
MAPA	1	1	MAPA	-	-	MAPA	13	13
INCRA	-	-	INCRA	-	-	EMBRAPA	-	-
CONAB	1	1	EMBRAPA	10	10	CONAB	208	202
Total	2	2	CONAB	-	-	Total	221	215
			Total	10	10			

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Fizeram a redução ao valor recuperável dos bens: o Instituto Nacional de Meteorologia/Mapa, o Laboratório Feeral de Defesa Agropecuária do Pará e os Distritos de Meteorologia de alguns estados, além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra (Superintendência do Acre) e a Companhia Nacional de Abastecimento/Conab. As demais unidades do órgão subordinado MAPA não fizeram os ajustes anteriores ao ano de 2010 e quanto as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Federais (com exceção do Pará), e CEPLACs, não houve manifestação quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Na CONAB, até o 2º trimestre de 2021 foi efetuado o estudo “teste” relativo à perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*) dos bens móveis, que alcançou a perda de aproximadamente R\$ 422 mil. Os bens imóveis não apresentaram perdas por redução ao valor recuperável. A CONAB capacitou, por meio de curso externo, vinte e três engenheiros para avaliar os bens imóveis que serão incluídos no plano de desmobilização dos imóveis da Companhia e para a realização dos estudos (testes) de recuperabilidade dos imóveis (*Impairment*).

Na Embrapa foi emitida Nota Técnica SGE/GCIN nº 001/2021, onde concluiu-se que não foram identificadas situações que caracterizassem a necessidade de realização do teste no exercício de 2020.

Destaca-se que na maioria do ativo imobilizado da entidade não houve reavaliação nem redução ao valor recuperável devido as várias impropriedades no sistema da LinkData (que está em descontinuidade no órgão devido ao fim da vigência do contrato), e nos demais sistemas de controle patrimonial atuantes no Mapa. Tal reconhecimento é necessário mesmo antes da incorporação de vários órgãos à Pasta, e agora ainda mais, considerando a relevância do imobilizado atualmente. As providências para tal reconhecimento decorrem da necessidade de recursos para contratação de empresa com esse fim ou quando do fim do processo de implantação do novo sistema de controle patrimonial, o SIADS, que vislumbre a reavaliação e a redução ao valor recuperável.

Valores da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado por Órgão Subordinado	
R\$ milhões	
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	
MAPA	23,42
INCRA	3,23
CONAB	0,42
Total	27,08

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(a.3) **Sistemas de controle patrimonial**

No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, são eles:

- i. Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
- ii. Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades;

iii. Sistema ASI da Linkdata (está em descontinuação devido ao fim da vigência do contrato) utilizado nas Superintendências Federais (SFA), nos Laboratórios Federais (LFDA);

iv. Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS (sistema que irá substituir o ASI), que está em processo de implantação, iniciado na unidade gestora do Mapa Sede e em expansão para as demais unidades do órgão. Atualmente, está sendo utilizado de forma mais integral pelo SFB, porém com alguns problemas ainda não resolvidos entre o SFB e a STN.

NOTA SOBRE SIADS – DIPAT (DIVISÃO DE PATRIMONIO DA CGEF/DA/MAPA)

Esta Nota Explicativa visa esclarecer os procedimentos adotados na implantação do SIADS – Sistema de Patrimônio do Governo Federal, no ajuste das contas e padronização no cadastro dos bens.

Vale destacar, que ainda estamos na fase inicial de implantação do SIADS, conhecendo a ferramenta, e cadastrando os bens manualmente, sendo, que as informações para migração dos dados do ASIWEB, não poderá ser realizada, tendo em vista, que o sistema não aceita dados corrompidos.

Em novembro de 2020, deu início a primeira etapa da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS), com a implantação do sistema, será permitido controlar permanentemente a depreciação dos bens, a realização do inventário eletrônico e a ampliação da automação do registro contábil, ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), em tempo real através do SIADS.

Na primeira nota explicativa, foi informado o cadastro de 6.159 bens no Siads; hoje, dia 26/07/2021, encontra-se com 11.841, equivalente a 11,84% dos bens permanentes cadastrados. Ademais, até o momento, não foi dado início ao cadastro dos bens intangíveis e dos bens de consumo, sendo que este último será cadastrado, pela área responsável DCTRAN.

Em julho/2021, a DIPAT/CPDOC, deu início ao levantamento dos bens para o inventário 2021, com previsão de conclusão em dezembro, observando a padronização, no intuito de evitar itens duplicados, e contas incorretas.

Por meio do processo SEI 21000.052516/201-42 e mensagem Siafi 2021/0370677 foi encaminhada às unidades do órgão MAPA uma planilha para que informassem em qual etapa de implantação do SIADS se encontravam e qual o percentual de bens (imobilizado, almoxarifado e softwares) já foram registrados.

Das 56 unidades em que constam registros contábeis de bens, 33 encaminharam resposta. Do total de R\$ 2.549 milhões do valor contábil bruto de bens móveis, **R\$ 1,015 milhão** refere-se ao órgão MAPA e, desse total, de acordo com as respostas encaminhadas pelas 33 unidades que enviaram resposta, **29,34%** desse valor já foi registrado no SIADS. De acordo com as respostas encaminhadas a maior parte da unidades prevê concluir a implantação e registro de bens até o final deste exercício.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores – Imobilizado

R\$ (em reais)

Órgão	Classificação Contábil	Saldo - Moeda Origem
MAPA	Aparelhos de Medição e Orientação	114
	Equipam/ Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	0
	Equip. de Tecnol. Da Infor e Comunicação/TIC	(71.265)
	Aparelhos e Utensílios Domésticos	13.525
	Veículos de Tração Mecânica	111.817
	Material de Uso Duradouro	(406)
	Depreciação Acumulada	118.392
	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	2.137
	Equip. de Tecnol. Da Infor e Comunicação/TIC	3.199
	Mobiliário em Geral	3.134
	Veículos de Tração Mecânica	460.404
	Depreciação Acumulada	(3.943)
	TOTAL	637.108
INCRA	Aparelhos de Medição e Orientação	9.669
	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	9.669
	Equipam/ Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	1.826.569
	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	112.818
	Máquinas e Equipamentos Gráficas	111.527
	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	112.818
	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	111.527
	Equip. de Tecnol. Da Infor e Comunicação/TIC	9.669
	Mobiliário em Geral	1.939.386
	Coleções e Materiais Bibliográficos	112.818
	Equipamentos para Audio, video e foto	9.669
	Veículos de Tração Mecânica	1.939.386
	Bens Móveis a Alienar	1.545.453
	Depreciação Acumulada	(37.690.356)
TOTAL	(29.839.378)	

* Esta tabela foi gerada em R\$ e não em R\$ milhões a fim de que os valores não fossem "perdidos", visto que entendemos ser relevante o destaque desses ajustes no Imobilizado.

Nota nº 005 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o MAPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.**

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/06/2021, o **MAPA** apresentou um saldo de **R\$ 117,90 milhões** relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2021 e 2020.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

Intangível – Composição	R\$ Milhões		
	31/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	94,75	94,30	1,05%
Software com Vida Útil Indefinida	72,30	68,08	6,60%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,49	0,49	0,00%
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0,00	0,00	0,00%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,30	0,30	0,00%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(52,22)	(51,23)	1,92%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	1,46	1,46	0,00%
Total	117,90	113,40	3,97%

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no 2º Trimestre de 2021.

R\$ Milhões

ÓRGÃO	Mês	SOFTWARES		SOFTWARES		AMORTIZACAO ACUMULADA		TOTAL	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
MINIST.DA AGRICULTURA	jan/21	0	0	0,04	0	0	0	0,04	0
	fev/21	0	0	0	0	0	0	0	0
	mar/21	0	0	4,16	0	0	0	0	0
	abr/21	0	0	0,23	0	0	0	0,23	0
	mai/21	0	0	0,05	0	0	0	0,05	0
	jun/21	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	4,48	0	0	0	4,48	0
INCRA	jan/21	0,09	0	0	0	0	0	0,09	0
	fev/21	0,15	0	0	0	0	0	0,15	0
	mar/21	0	0	0	0	0	0	0	0
	abr/21	0	0	0	0	0	0	0	0
	mai/21	0,37	0	0	0	0	0	0,37	0
	jun/21	0,03	0	0	0	0	0	0,03	0
	Total	0,64	0	0	0	0	0	0,64	0
EMBRAPA	jan/21	0,14	0	0,02	0	0	0,12	0,16	0,12
	fev/21	0,07	0	0	0	0	0,23	0,07	0,24
	mar/21	0,01	0	0	0	0	0,35	0,01	0,35
	abr/21	0,07	0	0	0	0	0,46	0,08	0,46
	mai/21	0,02	0,01	0	0	0,02	0,59	0,03	0,6
	jun/21	0,03	0,01	0	0	0	0,7	0,03	0,71
	Total	0,33	0,02	0,02	0	0,02	2,45	0,37	2,48
CONAB	jan/21	0	0	0	0	0	0,05	0	0,05
	fev/21	0	0	0	0	0	0,11	0	0,11
	mar/21	0	0	0	0	0	0,16	0	0,16
	abr/21	0	0	0	0	0	0,21	0	0,21
	mai/21	0	0	0	0	0	0,26	0	0,26
	jun/21	0	0	0	0	0	0,31	0	0,31
	Total	0	0	0	0	0	1,1	0	1,1
SFB	mai/21	0,03	0	0	0	0	0	0,03	0
	jun/21	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0,03	0	0	0	0	0	0,03	0
TOTAL	1	0,02	4,49	0	0,02	3,55	5,51	3,58	

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o Valor Contábil Líquido de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu Valor Recuperável. O Valor Recuperável é o Valor Líquido de Venda (o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação), ou o Valor em Uso (valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações), o que for maior.



Mas o **MAPA** não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No segundo trimestre de 2021, não consta registro no MAPA de ajustes de exercícios anteriores no intangível.

Identificação do Ativo Intangível

Conforme a macrofunção 020345 – Ativos Intangíveis da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, o bem intangível deve ser identificado, mensurado, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Para identificação, deve-se criar inscrição genérica para cada ativo intangível com as iniciais "IS" – individualização de softwares, acrescido de sete dígitos para identificar o bem.

A tabela seguinte apresenta a porcentagem de bens intangível que não estão identificados conforme a macrofunção 020345.

Tabela 04 – Intangível sem identificação – por saldo da conta.

O somatório de bens intangíveis não identificados do **MAPA** refere-se ao saldos de Softwares de vida útil definida e indefinida transferidos do extinto órgão Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, em atendimento à MP 870 e ao Decreto nº 9.667/2018.

Atualmente, estes bens estão em análise na Coordenação Geral de Tecnologia da Informação para verificar a geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para o órgão e as devidas mensurações com o intuito de identificar cada bem intangível e registrá-los na respectiva conta contábil.

SOFTWARES – Vida Útil Definida			
Órgão	Saldo sem identificação R\$	%	Saldo da conta R\$
MAPA	39,33	89,10%	44,14
INCRA	13,87	92,65%	14,97
EMBRAPA	0,12	0,41%	29,42
SFB	1,22	32,97%	3,7
SOFTWARES – Vida Útil Indefinida			
Órgão	Saldo sem identificação R\$	%	Saldo da conta R\$
MAPA	0,40	3,55%	11,27
INCRA	0,22	100,00%	0,22
EMBRAPA	0,01	0,02%	60,34
SOFTWARES – Vida Útil Indefinida em Fase de Desenvolvimento			
Órgão	Saldo sem identificação R\$	%	Saldo da conta R\$
MAPA	0,04	10,53%	0,38
SFB	0,37	100,00%	0,37
SOFTWARES – Vida Útil Indefinida em Fase de Desenvolvimento			
Órgão	Saldo sem identificação R\$	%	Saldo da conta R\$
MAPA	1,46	100,00%	1,46

Nota nº 006 - Investimentos

Os investimentos no **MAPA** são compostos por:

- (i) Participações Permanentes; e
- (ii) Demais Investimentos.

Tabela 01 – Investimentos – Composição:

Investimentos	R\$ Milhões		
	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Participação Avaliada por Equivalência Patrimonial	0	0	-
Participações Avaliadas pelo MEP - Estado	2	2	-
Redução valor Recuperável Investimento – Participação Permanente	-10	-10	-
Participações avaliadas pelo Método de Custo	21	21	-
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0	2	-100%
Total	13	15	-8,86%

Tabela 02 – Investimentos – Por Órgão:

Órgão	Conta	R\$ Milhões			
		jun/21	dez/20	AH%	AV%
EMBRAPA	PARTICIP AVALIAD POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0	0		0,00%
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP - ESTADO	2	2	0,00%	22,55%
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	6	6	0,00%	71,90%
	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0	0	-6,50%	5,55%
	Total	8	8	-0,38%	100,00%
CONAB	BENS IMOVEIS NAO DESTINADOS A USO	0	0	0,00%	5,43%
	DEPREC ACUM INVESTIMENTOS -CONS- PROPRIEDADES	0	0		-2,05%
	REDUCAO VALOR RECUP INVEST - PARTICIP PERMAN	-10	-10	0,64%	-
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	15	15	0,00%	282,57%
	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0	1	-99,82%	0,04%
	Total	5	6	-19,58%	100,00%
Total dos Investimentos		13	15	-8,86%	

CONAB

Tabela 03 – Investimentos da CONAB – Composição

	R\$ Milhões		
	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Participações Permanentes	15	15	-
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0	1	-99,82%
Bens Imóveis não Destinados a Uso	-	-	
Bens Móveis não Destinados a Uso	-	-	
Redução ao Valor Recuperável de Investimento	-10	-10	-
Total	5	6	-19,58%

Os investimentos da CONAB são compostos por Participações Permanentes. Os demais investimentos referentes a Títulos da Dívida e Valores Mobiliários Permanentes diminuíram praticamente 100% em decorrência do vencimento das notas do Tesouro Nacional.

Abaixo (Tabela 04) estão os dois maiores investimentos da **CONAB** até junho de 2021, decrescidos da redução ao valor recuperável. Os dois maiores investimentos representam 72,18% do total.

Tabela 04 – Maiores Investimentos da CONAB

	R\$ Milhões	
	31/03/2021	AV (%)
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná	2,92	57,52%
Centrais Elétricas Brasileiras SA	0,72	14,28%
Demais	1,43	28,20%
Total	5,07	100,00%

Tabela 05 - Mutação dos Investimentos – Participação Permanentes (decrescidas da redução ao valor recuperável)

	R\$ Milhões					
EMPRESA	Saldo em 31/12/2020	Aportes de Capital	Resultado de Partic. em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	0,72	-	-	-	-	0,79
Engie Brasil Energia S.A.	0	-	-	-	-	0
Telefônica Brasil S.A.	-	-	-	-	-	0,03
Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre	-0,23	-	-	-	-	0,23
Banco Da Amazônia S.A.	0	-	-	-	-	0
Ribeiro Cordeiro Indústria e Comércio S.A.	0,33	-	-	-	-	0,33
Frigorífico Vale Do Tocantins S A	-	-	-	-	-	0
Banco Do Nordeste Do Brasil S.A.	0	-	-	-	-	0
Vicunha Têxtil S.A.	0	-	-	-	-	0
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A	0,07	-	-	-	-	0,07
Procter & Gamble do Nordeste S.A. - em liquidação	-	-	-	-	-	0
Companhia De Armazéns E Silos Do Est. De MG - CASEMG	-	-	-	-	-	0
Companhia Brasileira De Partic. Agroindustrial Brasagro	-	-	-	-	-	0,01
Rural Properties Minas Gerais Participações S.A.	0,03	-	-	-	-	0,03
Oldcaste Participações S.A.	0,07	-	-	-	-	0,07
Banco De Desenvolvimento Do Espírito Santo S.A.	0	-	-	-	-	0
Morada Do Sol Participações SA	0	-	-	-	-	0
Lafargeholcim (BRASIL) S.A.	0,01	-	-	-	-	0,01
CEAGESP - Companhia De Entrepósitos E Armazéns Gerais De São Paulo	0,43	-	-	-	-	0,43
Algar Telecom S.A.	0,05	-	-	-	-	0,05
Companhia Paranaense De Energia	0	-	-	-	-	0
Cia De Desenvolvimento Agropecuário Do Paraná CODAPAR	2,92	-	-	-	-	2,92
Multilog S.A.	0,01	-	-	-	-	0,01
COMFIO - Companhia Catarinense De Fiação	0	-	-	-	-	0
Fábrica de tecidos Carlos Renaux S/A em liquidação	0,05	-	-	-	-	0,05
PBG S/A	0	-	-	-	-	0
Refinadora Catarinense SA	0,02	-	-	-	-	0,02
Companhia Estadual De Silos E Armazéns	0,08	-	-	-	-	0,08
TOTAL	5,13	-	-	-	-	5,07

EMBRAPA

Os investimentos permanentes da **Embrapa** são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

Tabela 06 – Investimentos da EMBRAPA – Composição:

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento	% de Participação da Embrapa	R\$ Milhões	
				Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2018	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2018
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ⁽¹⁾	Agricultura	0,63	7,74	0,00	0,00
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB ⁽²⁾	Agricultura	1,86	45,00	4,12	0,36
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5,28	4,74	(30,00)	(7,45)
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	0,00	0,01	56,09	0,00
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	0,73	49,00	(4,59)	(1,14)

Fonte: Siafi e Demonstrações Contábeis das empresas,

(1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação

(2) Demonstração de 2018 apresentada do ano de 2019 à- EMBRAPA

(3) Demonstração de 2019 apresentada do ano de 2020 à- EMBRAPA

Demais Investimentos da EMBRAPA

Os demais investimentos representam 5,51% no valor de R\$ 0,43 milhão, são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM&F BOVESPA.

A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição:

Tabela 08 – Demais investimentos da EMBRAPA – composição

						R\$ Milhões
Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	UG Responsável
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	32,55	0,00	BB	135046
OI S/A	4.545	ON	2,2	0,01	BB	135046
OI S/A	3.289	PN	2,82	0,01	BB	135046
CONTAX	200	EO	0,01	0,00	Itaú	135046
CONTAX	200	EP	0,01	0,00	Itaú	135046
EMBRATEL	271.569	EO	0,01	0,00	Itaú	135046
EMBRATEL	1.429.772	EO	0,01	0,00	Itaú	135046
EMBRATEL	1.121.542	EP	0,01	0,00	Itaú	135046
TELEFONICA BRASIL	187	PN	45,35	0,01	Bradesco	135032
TELEFONICA BRASIL	137	PN	45,35	0,01	Bradesco	135033
TELEFONICA BRASIL	125	PN	45,35	0,01	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	18	PN	45,35	0,00	Bradesco	135035
TELEFONICA BRASIL	12	ON	46,5	0,00	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	14,88	0,00	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	14,88	0,00	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	46,5	0,14	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	45,35	0,16	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	14,88	0,07	Bradesco	135046
TELEBRAS	142	ON	88,1	0,01	Bradesco	135046
TELEBRAS	112	PN	30,88	0,00	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	554	ON	46,5	0,03	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	14,88	0,01	Bradesco	135046
TELEBRAS	27	ON	88,1	0,00	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	208	PN	45,35	0,01	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	14,88	0,01	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	14,88	0,00	Bradesco	135046
CPFL ENERGIA S/A	12	ON	32,55	0,00	Bradesco	135046
Total				0,49		

6.2) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A. Regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado:

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art.35º, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do segundo trimestre do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA da receita estimada e despesa fixada pela **Lei nº 14.144**, de 22 de abril de 2021, LOA para o exercício financeiro de 2021.

O total da previsão inicial das Receitas Correntes e das Receitas de Capital do segundo trimestre de 2021 é de R\$ 15.303 milhões (quinze bilhões, trezentos e três milhões de reais), cujas receitas realizadas são de R\$ 6.360 milhões (seis bilhões, trezentos e sessenta milhões de reais), equivalente à 41,56% das receitas previstas, conforme tabela de Receitas Realizadas no 2º Trimestre.

R\$ MILHÕES

RECEITAS REALIZADAS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.937	1.937	1.317	-660
Receitas Tributárias	64	64	21	-43
Receitas de Contribuições	1.325	1.325	853	-472
Receita Patrimonial	212	212	220	8
Receita Agropecuária	10	10	3	-7
Receita Industrial	0	0	0	0
Receitas de Serviços	203	203	74	-129
Transferências Correntes	25	25	0	-25
Outras Receitas Correntes	98	185	146	-39
RECEITAS DE CAPITAL	13.366	13.366	1.273	-12.093
Operações de Crédito	6.183	6.183	-	-6.183
Alienação de Bens	1.443	1.443	33	-1.410
Amortização de Empréstimos	5.737	5.737	1.240	-4.497
Transferências de Capital	3	3	-	-3
SUBTOTAL DE RECEITAS	15.303	15.303	2.590	-12.713
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	15.303	15.303	2.590	-12.713
DEFICIT			3.770	3.770
TOTAL	15.303	15.303	6.360	-8.943
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	43	43	-

Fonte: SIAFI-Web 2021 – extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021.

A Despesa fixada, Despesa Corrente e Despesa de Capital, apresenta a dotação inicial de R\$ 24.718 milhões (vinte e quatro bilhões, setecentos e dezoito milhões de reais) neste trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$ 6.359 milhões (seis bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões de reais), equivalente à 25,96% da Dotação Inicial, conforme tabela de Execução da Despesa.

R\$ MILHÕES

EXECUÇÃO DA DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.883	12.916	6.234	4.969	3.882	6.682
Pessoal e Encargos Sociais	8.904	8.910	5.143	4.291	3.527	3.767
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.979	4.006	1.091	678	355	2915
DESPESAS DE CAPITAL	11.557	11.304	125	96	94	11.179
Investimentos	2.012	1.669	12	0	0	1.657
Inversões Financeiras	9.545	9.635	113	96	94	9.522
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	278	278	-	-	-	278
TOTAL	24.718	24.498	6.359	5.065	3.976	18.139

Fonte: SIAFI-Web 2021 – extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021.

Os Restos a Pagar não Processados (RPnP), que são todas as despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, ainda não foi formalizado o processo de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor, apresenta valor pago neste trimestre de R\$ 1.567 milhões (um bilhão, quinhentos e sessenta e sete milhões de reais), referente à 22,72% do total dos Restos a Pagar não Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados.

R\$ MILHÕES

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	300	615	440	417	12	486
Pessoal e Encargos Sociais	68	33	25	25	0	76
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	232	582	415	392	12	410
DESPESAS DE CAPITAL	2.251	3.757	1.288	1.150	12	4.846
Investimentos	1.205	1.695	305	167	10	2.723
Inversões Financeiras	1.046	2.062	984	983	2	2.123
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.551	4.372	1.728	1.567	24	5.332

Fonte: SIAFI-Web 2021 – extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021.

Quanto aos Restos a Pagar Processados, que são todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior, apresenta valor pago neste trimestre de R\$ 636 milhões (seiscentos e trinta e seis milhões de reais), referente à 68,80% do total dos Restos a Pagar Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.

R\$ MILHÕES

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	109	684	604	50	139	
Pessoal e Encargos Sociais	0	568	520	48	0	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	109	116	84	2	139	
DESPESAS DE CAPITAL	81	88	32	1	136	
Investimentos	75	44	27	0	92	
Inversões Financeiras	6	44	5	1	44	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	190	772	636	51	275	

Fonte: SIAFI-Web 2021 – extraído do SIAFIWEB – JUNHO/2021.

B. Período a que se refere o orçamento:

O período do orçamentário é anual, conforme o princípio da anualidade orçamentária. A Lei do Orçamento de 2021, **Lei nº 14.144**, foi decretada pelo Congresso Nacional e foi sancionada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro em 22 de abril de 2021, entrando em vigor na data de publicação, 23 de abril de 2021.

C. Entidades abrangidas:

Órgãos Subordinados	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	22101, 74104, 93180
II – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	22201, 74203, 93182
III – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	22202, 93183
IV – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	22211, 93184
V – Serviço Florestal Brasileiro – SFB	22106, 73115, 93181
VI – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE	22906, 74901
VII – Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA	49901, 74906

D. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante:

As despesas intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas por:

- Descentralizações Concedidas pelo MAPA: R\$ 1.683 milhões (um bilhão, seicentos e oitenta e três milhões de reais), com valores expressivos no Órgão do MAPA administração direta, equivalente à 55,10% do total firmado.
- Descentralizações Recebidas para o MAPA: R\$ 1.936 milhões (um bilhão, novecentos e trinta e seis milhões de reais), com valores expressivos no Órgão da CONAB, representando 75,95% do total firmado.

R\$ MILHÕES

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S CONCEDIDAS PELO MAPA			
	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
MIN.AGRICULTURA	125	48	28	0	999	203	468	65
INCRA	148	55	89	1	695	494	201	0
EMBRAPA	132	30	71	22	62	19	9	33
CONAB	1.279	91	941	85	0	0	0	0
FUNCAFÉ	0	0	0	0	27	1	12	14
SFB	0	0	0	0	30	2	15	5
Total	1.684	224	1.129	108	1.813	719	705	117

E. Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário):

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, aqueles aprovados pela LOA, totalizou R\$ 24.718 milhões (vinte e quatro bilhões, setecentos e dezoito milhões de reais), e no decorrer do segundo trimestre ocorreu acréscimo de crédito adicional do tipo Suplementar no total de R\$ 5.123 milhões (cinco bilhões, cento e vinte e três milhões de reais) e Cancelamento e Remanejamento de Dotação no total de R\$ 5.342 milhões (cinco bilhões, trezentos e quarenta e dois milhões de reais), apresentando uma redução neste trimestre de R\$ 219 milhões (duzentos e dezenove milhões de reais) de créditos orçamentários.

R\$ MILHÕES

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINÁRIA	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	8.314	2.277			-2.601	7.990
INCRA	4.255	430			-330	4.355
EMBRAPA	3.490	1.918			-1.913	3.495
CONAB	2.518	476			-476	2.518
FUNCAFE	5.979	0			0	5.979
SFB	83	22			-22	83
FUNDO DE TERRAS	79				0	79
TOTAL	24.718	5.123			-5.342	24.499

F. Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.

1. Utilização de Superávit Financeiro: a Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, por meio da **Portaria FAZENDA/ME Nº 5.545**, de 11 de maio de 2021, que Abriu aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 18.773 milhões (dezoito bilhões, setecentos e setenta e três milhões de reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, liberou as dotações que estavam condicionadas no órgão “93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição”, para esta Pasta. Nessa publicação, foram trocadas as fontes 944, para as fontes de recursos provenientes de superávit financeiro, fonte 350, no montante de R\$ 51 milhões (cinquenta e um milhões de reais). Essa alteração não teve impacto no valor total da LOA do MAPA.

2. Reabertura de créditos Especiais e Extraordinários: não houve.

G. Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária.

Até o encerramento do 2º trimestre de 2021, a receita prevista pela **Lei nº 14.144** de 22/04/21 não foi atualizada.

6.3) DEMOSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2021	2020	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	44.712	27.660	61,65%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.439	21.172	5,98%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	22.274	6.488	243,31%

	2021	2020	AH%	AV%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	44.712	27.660	61,65%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30	25	19,98%	0,07%
Contribuições	905	848	6,79%	2,02%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	137	146	-5,99%	0,31%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	262	241	8,83%	0,59%
Transferências e Delegações Recebidas	18.294	19.757	-7,41%	40,91%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	24.512	6.041	305,73%	54,82%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	572	602	-4,99%	1,28%

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria:

Houve acréscimo de 19,98% na rubrica taxas, decorrente do aumento de arrecadações de taxa pelo exercício de poder de polícia nos órgãos do Mapa e Incra, e taxa pela prestação de serviços na Secretária de Aquicultura e Pesca.

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:

Ocorreu um decréscimo de 7,41% na rubrica de VPA transferências e delegações recebidas, ocasionado, entre outros, por um menor volume de transferência de bens móveis entre unidades gestoras do órgão MAPA em 2021, em comparação com o exercício de 2020.

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

Houve um aumento de 305,73% na rubrica de VPA ganhos com ativos e desincorporação de passivos, ocasionado, entre outros, por significativos registros de imóveis de uso especial no SPIUNET, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:

Houve um decréscimo de 4,99% na rubrica Outras VPAs em 2021, destacando-se a diminuição das reversões de provisões e ajustes para perdas no órgão da Conab referente a baixas de transferências de recursos ao Tesouro Nacional, pagamento de sentença cível a empresa JPA participações LTDA e provisões trabalhistas.

	2021	2020	AH%	AV%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.439	21.172	5,98%	100,00%
Pessoal e Encargos	3.031	3.047	-0,51%	13,51%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.438	1.446	-0,55%	6,41%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	667	756	-11,60%	2,98%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2	2	26,16%	0,01%
Transferências e Delegações Concedidas	13.532	13.712	-1,31%	60,31%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.283	1.619	102,84%	14,63%
Tributárias	16	17	-6,18%	0,07%
Custo - Mercadorias, Produtos Venda. e dos Serviços Prestados	119	158	-24%	0,53%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	348	415	-16,20%	1,55%

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:

Ocorreu um decréscimo de 11,65% na rubrica VPD uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, ocasionado, entre outros, pela diminuição da VPD de Serviços no órgão da Conab e pela diminuição das VPD's de depreciação, amortização e exaustão nos órgãos do Mapa, Inkra e Conab.

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

Houve um aumento de 102,84% na rubrica de VPD Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, motivado, sobretudo, nos acréscimos das perdas com alienação de móveis no órgão do Mapa referente ao 1º leilão de Bens inservíveis do exercício de 2021, perdas involuntárias com estoques na Conab e principalmente desincorporação de ativos na Superintendência do Mato Grosso-Inkra referente à baixa de imóveis cadastrados no SPIUNET em atendimento ao acórdão TCU 3782/2020, baixa de imóveis e trombetas na Superintendência Regional de Santarém, e baixas diversas de ativos no Núcleo Estoque Regulador da Conab.

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD –OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:

Ocorreu um aumento de 52,48% na rubrica de VPD Subvenções Econômicas da Secretaria de Política Agrícola-Mapa referente ao seguro rural.

7) Referências

7.1) Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição – Válido a partir de 2019
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

7.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) www.tesouro.fazenda.gov.br
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) www.tesourotransparente.gov.br › balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) www.agricultura.gov.br
- 6) portal.tcu.gov.br
- 7) portal.in.gov.br
- 8) www.cfc.org.br
- 9) www.crcdf.org.br
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepi.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>